



Departamento de Sociologia

“A minha filha diz-me que quando for grande não quer ser como eu”

A vivência do desemprego em desempregados de longa duração: com
idades entre os 40 e os 55 anos

Ana Paula Pinto Serrão Ferreira Major

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia do
Trabalho e do Emprego

Orientador:

Paulo Pedroso, Professor Auxiliar Convidado

Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2013

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Paulo Pedroso por toda a dedicação, disponibilidade e orientação, essencial na concretização desta investigação. Também pela confiança em mim depositada.

Ao meu cúmplice de tantos anos, o meu marido Henrique, pelas “sandes” que comemos em vez de um jantar, pela desorganização total da nossa casa, principalmente livros e papéis espalhados por todo o lado, pelo incentivo, pelo apoio, por estudar comigo quando eu já não conseguia mais.

Aos meus filhos, Sara, Ricardo, por me dizerem sempre que eu era capaz, por não me deixarem desistir e, também pelo seu sentido crítico.

Quero, também, agradecer aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada pela oportunidade e por tudo aquilo que me proporcionaram, o que contribuiu para que fosse possível concretizar um “sonho” de jovem adulta.

Também, à Rita e à Raquel pela disponibilidade total, sempre que necessitava apoio, especialmente à Raquel pelas suas críticas sempre construtivas e pela sua paciência na leitura desta investigação.

A todos os entrevistados que partilharam comigo, a sua privacidade, porque, também, sem eles este trabalho não era possível.

Obrigada.

Às mulheres da minha geração.

RESUMO

Portugal no século XXI debate-se com um conjunto de problemas sociais, grande parte deles relacionados, direta ou indiretamente com a precarização do trabalho e essencialmente com o desemprego.

Nesta investigação discute-se o trabalho assalariado e a sua importância na vida das pessoas que tendo sido assalariadas o perderam, analisa-se o desemprego e os projetos de vida, as consequências na identidade social de desempregados com percurso profissional anterior, já que este é o objetivo principal deste trabalho.

Escolheu-se estudar o desemprego de longa duração e de não beneficiários de prestações de desemprego, na fase da maturidade das carreiras profissionais e antes da entrada em cena dos mecanismos de transição para a reforma. Pretendeu-se ver o efeito da privação do trabalho, ou seja do desemprego nos trabalhadores, de idades compreendidas entre os 40 e os 55 anos

O regresso ao mercado de trabalho apresenta-se como um projeto difícil para os trabalhadores da faixa etária em análise, independentemente das habilitações. Através de entrevistas de enfoque biográfico identifica-se a fragilização dos elos no processo de desemprego com que se debatem os nossos entrevistados.

A análise da informação recolhida segue os três tipos de tipologia de desemprego de Dominique Schnapper, isto é: o desemprego invertido, o total e o diferido. Esta análise permitiu corroborar a existências dos três tipos, mas perceber que, a par de situações consistentes, em que cada um se aplica totalmente, há situações aparentemente inconsistentes, em que em diferentes esferas da vida os desempregados de “meia-idade” assumem identidades que combinam mais que um tipo. Com efeito, sustenta-se, que estes entrevistados se identificam no desemprego não de uma forma unívoca, mas de forma composta, criando tipos híbridos, que podem corresponder a uma fase de transição. Mas também refletem estratégias de reação ao desemprego em que os tipos híbridos correspondem a situações específicas, fazendo da tipologia proposta por Dominique Schnapper um instrumento analítico que permite combinações na sua aplicação a casos concretos. Encontram-se nas respostas diferenças de género na vivência do desemprego e verificou-se que os fenómenos de desfamiliarização e dessocialização têm intensidade nos entrevistados, ainda que não necessariamente convergindo para formas de desemprego total,

mas ocorrendo em simultâneo com movimentos de reação e existência de fatores de vinculação à vida social que não se desvanecem.

Palavras-chave: Desemprego; Desfamiliarização; Desfiliação; Dessocialização.

ABSTRACT

In the 21st century Portugal is facing a series of social problems, most of them related to job insecurity and unemployment.

In this investigation, the focus will be on payed employment and its importance in people's lives, mainly when they lose their jobs and the impact this has on their social identity and life project. Also, the causes for their unemployment, and the consequences this has on people with a previous work history.

The subject studied is the long term unemployment and the non beneficiaries of unemployment subsidy in a phase between career maturity and retirement. The goal is to have a clear view on the effects of the deprivation of work in people between the ages of 40 and 55.

The return to the labor market is a difficult project for workers under this age group, independently of their skills. Through biographic interviews we identify the decline of the links that our surveyed are facing.

The analysis of the information gathered follows the three types of unemployment identified by Dominique Schnapper: inverted unemployment, total unemployment and deferred unemployment. This analysis allowed us to confirm the existence of the above mentioned types of unemployment, but also to understand that in some situations some middle aged individuals combine more than one type.

In fact, we can clearly see that these people see their unemployment as a gathering of all the above mentioned three types of unemployment in the different social circles they are participating in, creating hybrid individuals, that may correspond to a transitory stage, but also reflect strategies concerning their reaction to unemployment, when these individuals respond to specific situations, whereby Dominique Schnapper's categorization becomes an analytic instrument that allows several combos in its application into concrete cases.

We also found gender differences concerning the way that the surveyed react to unemployment, and verified phenomenon's such as exclusion and *desfamiliarização*, desocialisation that have a great impact on these individuals, not necessarily merging into forms of total unemployment, but happening simultaneously with reaction movements and the existence of links to social life that do not fade away.

Keywords: Unemployment; *desfamiliarização*; disaffiliation; desocialisation.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – o assalariamento cria o trabalhador e o desemprego	3
1.1. O assalariamento e o significado do desemprego	3
1.2. O desemprego como problema da atualidade	6
CAPITULO II – A VIVÊNCIA DO DESEMPREGO E OS LAÇOS SOCIAIS.....	13
2.1. A vivência do desemprego: A tipologia de Dominique Schnapper	13
2.2. Desemprego e vulnerabilidade social: a desfiliação e a dessocialização	14
CAPITULO III – METODOLOGIA.....	17
3.1. Questão de partida e hipóteses avançadas	17
3.2. Opções metodológicas	18
3.3. Critérios de seleção da amostra.....	19
3.4. Enfoque biográfico	20
3.5. Perfil dos entrevistados	21
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	23
4.1. A persistência do desemprego diferido.....	23
4.1.2. A tensão entre vivências do desemprego – o desemprego diferido e o desemprego total – podem combinar-se	25
4.1.3. O Desemprego total	28
4.1.4. O desemprego invertido.....	29
4.1.5. As vivências do desemprego: visão geral.....	31
CONCLUSÃO	35
BIBLIOGRAFIA	39

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1. – TIPOLOGIAS DO DESEMPREGO.....13

Quadro 3.1. – CARACTERIZAÇÃO – ANÁLISE DE CONTEÚDO.....21

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.1. DESEMPREGO INVERTIDO; DESEMPREGO DIFERIDO; DESEMPREGO TOTAL.....32

ANEXOS

A – GUIÃO DA ENTREVISTA.....II

B – ANÁLISE DE CONTEÚDO..... IV

INTRODUÇÃO

O substantivo desemprego, encontra-se hoje, quase gasto de tantas vezes ser repetido. Esta investigação utiliza o substantivo de uma outra forma: Os desempregados, as suas vivências; as suas frustrações; as suas revoltas; os seus “não” projetos de vida. Procura-se enunciar como cada um o vive.

A temática do desemprego e dos desempregados é fulcral. Todos conhecem alguém ou, inclusivamente no seio da nossa família temos alguém que vive esta situação. Portugal entre os anos de 2008 e 2012 registou um aumento de 100% nos níveis de desemprego na faixa etária dos 40 aos 65 anos, segundo dados do Eurostat.

Hoje, o fenómeno do desemprego não olha a idades, no entanto as instituições oficiais estão mais centradas no desemprego mais jovem, que em faixas etárias como o escalão ao qual o estudo se dirige: desempregados de longa duração com idades entre os 40 e os 55 anos que esgotaram o subsídio de desemprego e/ou o subsídio social de desemprego, o que lhes permitia um pouco de dignidade. Apetece-me parafrasear o filme “Este país não é para velhos”, quando ou quase sempre são esses, são os “velhos” que ainda conseguem dar alguma dignidade aos filhos e netos que se encontram na mesma situação.

A nossa investigação foca-se em pessoas do escalão etário entre os 40 e os 55 anos, que se encontram na situação de desemprego.

A amostra do nosso trabalho, não probabilística, de carácter qualitativo, é composta por nove pessoas (quatro mulheres e cinco homens). Esta investigação centra-se na análise e interpretação das suas vidas contadas na 1ª primeira pessoa através de entrevistas de enfoque biográfico.

Esta investigação estrutura-se e enfatiza as seguintes temáticas:

O I Capítulo, foca a importância do trabalho assalariado e a integração dos indivíduos na sociedade através dele. O tema do desemprego é abordado para compreender e interpretar as narrativas dos nossos entrevistados, pois recai sobre eles, quase sempre, um profundo pessimismo.

O Capítulo II – A vivência do desemprego e os laços sociais, trata a tipologia de identidades no desemprego de longa duração por Dominique Schnapper, a qual propõe três tipos de desemprego “que não classificam pessoas, mas descrevem mundos vividos do desemprego. O desemprego total, em que os indivíduos sentem a ameaça de destabilização

da sua identidade pessoal, apelidada por Schnapper de “túmulo”; o desemprego invertido que traduz que o trabalho assalariado não desempenha um papel de primeira relevância na identidade, que privilegia a fruição do lazer e por último o desemprego diferido, havendo resistência, dos indivíduos à desvalorização social.

Aborda-se, também, a desfiliação e a dessocialização o que nos permite aferir se a vulnerabilidade ligada à dificuldade no mercado de trabalho intensifica, é neutra, ameaça ou provoca ruturas sociais e familiares. E, também, se a trajetória de isolamento corresponde a um desligamento das normas sociais.

O III Capítulo – Metodologia, após a análise das metodologias quantitativa e qualitativa, optou-se por uma metodologia qualitativa, usando o método de análise de conteúdo tradicional. O método intensivo foi privilegiado, pois permite uma maior proximidade entre o entrevistador e entrevistado.

No IV Capítulo – Apresentação e discussão dos resultados, é realizada a análise e interpretação dos resultados das entrevistas, através de análise de conteúdo, na qual são privilegiadas as seguintes categorias: Caracterização dos entrevistados; Procura ativa de emprego; Fatores condicionantes; Vivência do desemprego e Laços sociais. Aborda-se, ainda, o desemprego relativamente ao género também, ou seja a situação da mulher desempregada e a família, relativamente ao homem.

Por fim apresenta-se uma síntese em que se referem os aspetos fulcrais da investigação realizada, nomeadamente os resultados alcançados, bem como as limitações ao estudo e novas vertentes para eventuais futuras investigações nesta temática.

CAPÍTULO I – O ASSALARIAMENTO CRIA O TRABALHADOR E O DESEMPREGO

1.1. O ASSALARIAMENTO E O SIGNIFICADO DO DESEMPREGO

O termo “falta de trabalho” tem uma relação direta com a emergência da “sociedade salarial” (Castel, 1995). Anteriormente, até ao início do século XIX, *chômeur*, em francês, era uma palavra que servia para abrigar inúmeras situações de folga, descanso ou interrupções do trabalho. Num contexto de vínculos personalizados e não jurídicos dos contratos de trabalho, como era comum até então, a descontinuidade do trabalho, ou seja o desemprego, não era vivenciado como desemprego (tal como o conhecemos hoje), pois os indivíduos viviam a certeza da sua reinserção na mesma empresa (Demazière, 2006).

A situação alterou-se profundamente com o desenvolvimento da relação salarial e a formalização de emprego. Como sugere Anthony Giddens (2004), para a maioria dos indivíduos o trabalho é de todas as atividades, a que ocupa a maior parte das nossas vidas.

Pertencemos a sociedades organizadas em torno da produção de bens e serviços, com todas as consequências que daí resultam para o nosso modo de vida, para a hierarquia de valores, mesmo para as relações entre os indivíduos no interior do casal ou entre pais e filhos (Schnapper, 1997).

A expansão do assalariamento como condição social é uma tendência de longo prazo das sociedades que resultaram da conjugação da Revolução Industrial com as Revoluções Liberais. A construção do assalariamento que provocou um novo olhar sobre o *chômeur*, transformou as identidades sociais perante o trabalho. Uma vez estabelecido o contrato de trabalho institucionalizado, a sua rutura passou a significar o fim do elo entre trabalhador e empregador de forma permanente, categorizando-se esta rutura como período de desemprego (Silva, 2009). A nova realidade criou a nova categoria. Como escreve Demazière, “a categoria do desemprego aparece, então, no final deste processo de fabricação como uma categoria assimilada, estabilizada e institucionalizada que penetra as conceções comuns do trabalho e do desemprego (Demazière, 2006).

As experiências vividas do desemprego ou da ausência de trabalho em geral, mostram que o estatuto social é posto em causa pela ausência de emprego. É o que herdamos da sociedade do assalariamento, em particular após a Segunda Guerra Mundial, período no qual ter contrato de trabalho com duração indeterminada era ao mesmo tempo a situação predominante e a que concedia estatuto mais elevado. Os indivíduos que estão privados de

trabalho e contrato de duração indeterminada têm um estatuto tanto mais baixo quanto mais afastados estão dessa situação (Schnapper, 1997).

Por sua vez, assume-se a centralidade do trabalho e do emprego na sociedade atual, o que implica que a posse de um emprego é objeto de uma carga institucional (Marques, 2009) que, em termos esquemáticos pressupõe: i) uma ação de modificação individual ou coletiva do mundo e de nós próprios, sujeitos de trabalho: ii) relações sociais e estatutos sociais mais ou menos definidos; iii) remunerações de diversa ordem; iv) possibilidades de realização humana e modelo de referência de integração social; v) interação com um quadro sócio cultural. Na verdade, a posse de um emprego é objeto de uma carga institucional. A criação da Organização Mundial do Trabalho, OIT; e a Grande Depressão 1929-1933 são movimentos decisivos na crescente integração de direitos e regalias sociais, a par de um vasto movimento social e sindical, que sobretudo após a II Guerra Mundial, conferiu força e institucionalização aos direitos sociais, numa determinada formação histórica, definida pelas condições de trabalho, pelo sistema de remunerações direta ou indireta e por um conjunto de regalias sociais e proteção social, entre outros aspetos (Marques, 2009).

Como refere João Freire “o trabalho é uma atividade deliberadamente concebida pelo Homem, consistindo na produção de um bem material, na prestação de um serviço ou no exercício de uma função, com vista à obtenção de resultados que possuam simultaneamente utilidade social e valor económico, através de dois tipos de mediação necessária, uma técnica e outra organizacional” (Freire, 1997: 27). A existência dessas duas mediações faz com que haja uma disjunção entre os tempos e os contextos, os quadros de trabalho e não-trabalho. Como diz Castel (1998: 327), “o trabalho implica a separação clara entre os que trabalham efetivamente e os inativos e semi-ativos”.

Teixeira, (2009), citando Robert Castel, refere a “a disjunção entre o tempo de trabalho social, destinado a obter um rendimento, e o tempo de trabalho privado ou doméstico, canalizado para a satisfação direta das necessidades dos membros do agregado familiar, constitui uma das características do trabalho assalariado” (Castel, cit in Teixeira, 2009: 62).

Subjacente ao fenómeno do assalariamento encontra-se o processo de mercantilização da força de trabalho, gerando a existência de mão-de-obra requisitada e/ou rejeitada pelo mercado de trabalho. Pelo trabalho assalariado portanto reconhecido como útil, o individuo forja a sua relação de pertença à esfera pública, logrando uma localização e identidades

sociais, a partir dos quais se inter-relaciona com os outros e se estabelecem um conjunto de direitos e deveres de cidadania (Teixeira, 2009).

Tal como tantos outros aspetos da sociedade, o trabalho e a vida económica estão a conhecer enormes transformações. Somos sistematicamente confrontados com o discurso do “fim das carreiras”, com notícias sobre fusões empresariais e redução do número de efetivos, e discursos contraditórios sobre o impacto das tecnologias de informação no local de trabalho (Giddens, 2004).

Não existe consenso acerca da natureza e da direção da transformação do modo de produzir os bens e serviços. Para alguns estamos numa nova era, caracterizada pela passagem da produção em massa de produtos e serviços estandardizados em quadros organizacionais rígidos para um novo sistema produtivo caracterizado pela diversidade, flexibilidade, inovação e cooperação que anuncia a substituição do velho paradigma pelo novo paradigma e a chegada de uma nova era pós-taylorista/fordista (Kovács, 2006:42).

A organização da produção muda com os progressos ou as revoluções tecnológicas; é preciso pensar na maneira pela qual nos podemos adaptar a estas mudanças e aproveitar o maior número dos benefícios do crescimento global. Mas é inimaginável que o trabalho não continue a ser o eixo principal nas nossas sociedades. Para outros, como Rifkin estamos a assistir ao fim do trabalho. No seu ponto de vista e pela primeira vez na história da humanidade, pode ocorrer a eliminação do trabalho do processo de produção. A crescente difusão das novas tecnologias por todos os sectores e aos novos métodos e de organização que lideram as empresas – como a reengenharia, a *lean production*, o *outsourcing* e o *downsizing* seriam sinais dessa tendência. (Schnapper, 1997). Desta forma, poder-se-á dizer que o período de pós-fordismo equivale, na história, ao fim do trabalho. (Kovács, Casaca, Ferreira e Sousa 2006:52). A visão de Rifkin é pessimista sobre os efeitos do fim do trabalho nas identidades sociais. Como diz a equipa coordenada por Ilona Kovács, na sua análise:

“Em síntese, Rifkin é um dos autores mais conhecidos pelas posições que tem tomado face às transformações que imperam no mundo do emprego e do trabalho. A seu ver, o trabalho está em extinção está em extinção nas sociedades capitalistas (Kovács, Casaca, Ferreira e Sousa 2006:53).

Para Rifkin, “a era da Informação chegou. Nos próximos anos, novas e mais sofisticadas tecnologias de *software* aproximarão cada vez mais a civilização de um mundo praticamente sem trabalhadores. Nos setores da agricultura, manufatura e serviços, as máquinas estão rapidamente substituindo o trabalho humano e prometem

uma economia de produção quase totalmente automatizada, já nas primeiras décadas do século XXI. A maciça substituição do homem pela máquina forçará cada nação a repensar o papel a ser desempenhado pelos seres humanos no processo social”. (Rifkin, 2004).

Dominique Schnapper, em “Contra o fim do trabalho” (1997) corrobora a reflexão de Robert Castel em “Metamorfoses da questão social” (1998) afirmando que: “O trabalho não pode deixar de continuar a ser uma norma, porque estamos numa sociedade organizada em torno do trabalho e da produção. Mas é preciso repensar formas de elo social que não sejam unicamente aquelas que a participação na produção concorrencial gera no mercado mundial. A revolução tecnológica permite ter uma produção superior com menos trabalhadores, e isto deve forçar-nos a pensar nas maneiras de reconhecer, económica e socialmente, a atividade e a utilidade social de muita gente que já não pertence a este sector de produção.”

Ao nível dos atores sociais as metamorfoses do trabalho podem vir a ser incorporadas desde a juventude na socialização dos trabalhadores mais jovens, mas confrontam os que construíram os seus projetos socioprofissionais na perspetiva da centralidade do trabalho com problemas de adaptação a novos contextos e à vivência do desemprego, no sentido forte que a palavra assumiu enquanto exclusão da relação social (Castel, 2008)

1.2. O DESEMPREGO COMO PROBLEMA DA ATUALIDADE

A subutilização da capacidade produtiva é um fenómeno observável em diferentes períodos e contextos históricos, mas o desemprego, enquanto categoria social e sociológica, surge na história moderna e contemporânea de mãos dadas com a generalização das relações salariais e portanto, como artefacto das sociedades modernas. O desemprego é entendido como um problema da atualidade cuja compreensão se relaciona com a existência de uma organização social que, economicamente, se baseia no predomínio de relações salariais, no seio das quais, “o trabalhador não dispõe de outra possibilidade de participação no trabalho social, e portanto de fonte de rendimento, exceto pela obtenção de um emprego assalariado” (Teixeira, 2009).

A privação do emprego tem consequências económicas, políticas e sociais e simbólico-culturais, pelo que a vivência do desemprego configura, individual e coletivamente, uma das experiências sociais a que nenhuma economia e sociedade escapam no contexto atual de globalização e competitividade (Marques, 2009).

O desemprego representa, portanto, o sinal mais visível de disfuncionalidade do mercado de trabalho, de ruturas de trajetórias profissionais e de vida. As investigações sociológicas realçam justamente a desestruturação da vida pessoal, familiar e social daqueles que estão privados de um emprego (Marques, 2009).

Os efeitos do desemprego nas vivências sociais não são unívocos. Como escreve Loison: “O desemprego é muitas vezes causa de degradação do nível de vida, um afastamento da vida social, uma marginalização face a outros trabalhadores. A ausência de desemprego não produz, em todo o lado, os mesmos níveis e os mesmos tipos de exclusão social e atua de maneira diferente ao nível dos laços familiares nos diferentes países e mesmo, às vezes, conforma as regiões” (Loison, 2003:113). Estas vivências de desemprego variam em função do perfil dos atores sociais e tipo de desemprego em que se inserem (Marques, 2009).

Os sociólogos estudam o desemprego não apenas enquanto condição económica ou privação objetiva de emprego, mas no quadro do que ele significa nas relações sociais. Já que estar desempregado é não ter emprego e querer tê-lo, esta situação implica um reconhecimento social, a atribuição de certos traços a alguns indivíduos, a construção social de uma legitimidade para reivindicar um emprego, a definição de uma rede de direitos e obrigações recíprocas socialmente geradas. De certa forma, os sociólogos concordam em afirmar que o desemprego é um constructo social, uma categoria elaborada (Demazière, 2008).

Remete-se, assim, à categorização dos desempregados como tais e não do desemprego propriamente dito, isto é, mais à definição das identidades do que à emergência de um estatuto, aos usos da palavra desemprego e de outros termos associados no mesmo universo semântico para definir situações concretas, à produção e à circulação de enunciados que servem para qualificar, requalificar, desqualificar pessoas (Demazière, 2008).

A experiência do desemprego pode ser muito perturbadora para os que se habituaram a ter empregos seguros bem como para quem tenha uma forte ética do trabalho e/ou viva no contexto que estigmatize o desempregado. A consequência mais imediata é, obviamente, a perda de rendimento, mas outras, de carácter social, se lhe associam (Guimarães, 2006).

A sociologia do desemprego deve ter a responsabilidade de analisar, conciliando, duas dimensões: por um lado, a construção institucional e normativa do fenómeno; por outro lado, a sua significação subjetiva, tecida ao longo dos percursos no mercado de trabalho e resignificada pela interpretação subjetiva das biografias individuais Nesse sentido – e

percebido no seu sentido sociológico forte – ser desempregado significa ser *institucionalmente* reconhecido, contabilizado e considerado como tal, mas, ao mesmo tempo, importa *subjetivamente*, definir-se, reivindicar-se e considerar-se como tal (Guimarães, 2006).

Segundo, Dominique Schnapper, “as formas de não-emprego não têm todas o mesmo sentido, existe uma hierarquia dos estatutos sociais em função da sua distância ao emprego, como é o caso dos reformados ou pré-reformados têm um estatuto superior aos desempregados. A ausência de atividade profissional é justificada pela sua idade e pelo seu passado de trabalho aos quais é permitido adotar comportamentos de lazer. No caso dos desempregados que “deveriam” ter um emprego, existe um sentimento de humilhação, não podem usufruir do seu tempo para lazer porque um “bom desempregado” procura trabalho (Schnapper, 1997).

“Quando um desempregado se torna reformado sente-se aliviado mesmo, que aparentemente a sua situação seja a mesma. Não se trata apenas de uma questão financeira: ser reformado é usufruir de um estatuto superior que justifica o não-emprego. O reformado trabalhou, tem direito ao seu rendimento de substituição. O desemprego não dá essa sensação. A humilhação sentida explica a crescente solidão do desempregado.” (Schnapper, 1997).

Sociologicamente, Dominique Schnapper (1997), distingue quatro tipos de estatutos em relação ao emprego. Aos desocupados ou os titulares de um emprego com duração determinada atribui a situação de “emprego sem estatuto”, defendendo que detêm um estatuto inferior aos titulares de um emprego permanente seja ele privado ou público; o estatuto do desempregado, é “derivado do emprego”: é-se desempregado porque se trabalhou ou se quer trabalhar e porque a inscrição nos centros de emprego assim o comprovam. Não existe esta relação no caso dos “estatutos nascidos da solidariedade”, como os beneficiários do rendimento social de inserção e, por fim a “ausência de estatuto” corresponde aos marginais ao sistema que recusam constituir qualquer processo administrativo.

Os estudos sobre os efeitos emocionais do desemprego observaram que os desempregados passam frequentemente por uma série de fases de adaptação ao novo estatuto. Os indivíduos recentemente desempregados vivem muitas vezes um sentimento de choque, seguido de um otimismo face a novas oportunidades. Quando essas expectativas não são retribuídas, como quase sempre acontece, os indivíduos podem cair num profundo pessimismo sobre si

próprios e as suas perspectivas de emprego. Se o período de desemprego se prolonga, o processo de adaptação é eventualmente completado, e os indivíduos resignam-se à sua situação (Giddens, 2004).

As consequências do desemprego a curto prazo podem ser: crise psicológica, perda de autoestima, insegurança crónica, sentimentos de medo, vergonha e impotência, manifestações de fadiga, depressão ou angústia, distúrbios emocionais, risco de divórcio e de conflitualidade familiar, comportamentos de compensação como o aumento do consumo de álcool, tabaco ou tranquilizantes, comportamentos desviantes, a médio e a longo prazo poder-se-á detetar perturbações cardiovasculares ou respiratórias, problemas gástricos, perturbações do sono e outras manifestações psicossomáticas. As implicações do desemprego – em termos de saúde individual (familiar) são mais preocupantes no caso de trabalhadores idosos e pouco ou nada qualificados que têm sido, em toda a parte as primeiras vítimas dos processos de reestruturação das empresas. (Graça, 1999).

É frequentemente assim, que os mais modestos vivem a experiência do desemprego. Mas as pessoas posicionam-se de modos diferentes face a essa experiência. Entre os quadros superiores, por exemplo, encontra-se frequentemente quem se esforce esforçam-se para inverter o sentido da sua experiência. Para eles, não estão verdadeiramente no desemprego explicam que estão “entre dois empregos”, lutam contra essa adversidade, investindo em formação, continuam a sair da cama cedo, a manter o ritmo da sua atividade passada, a cuidar da sua forma física e intelectual, não têm necessidade dos sociólogos para estarem conscientes do perigo que há em entrar no processo que os pode levar à exclusão social. (Schnapper, 1997).

Muito provavelmente, a experiência do desemprego é mais dramática para aquela categoria de trabalhadores que são socialmente discriminados pela idade e pela falta de qualificações: “Demasiado velho para arranjar outro emprego; demasiado jovem para irem para a reforma”. Todos eles, dos mais jovens aos mais velhos, são vítimas da lógica do funcionamento da economia de mercado, da reestruturação tecnológica e organizacional das nossas empresas, da desindustrialização do país, da falta de competitividade das empresas, da incompetência de muitos gestores e empregadores, dos efeitos perversos da legislação laboral (Marques, 2006).

Pereira (1993) afirma que o desempregado se considera um excluído da sociedade – mesmo para os que estão já estão acostumados com situações de privação económica ou de

dependência familiar, a experiência do desemprego permanece dolorosa e carregada de sentimentos de culpa e vergonha. Contudo, a vivência do desemprego não deve ser tida como homogênea já que ela não se dá de forma igual para todos.

O trabalho permanece como uma atividade crucial para a sociabilidade humana, embora a identidade no trabalho não seja a única dimensão possível da identidade de uma pessoa, a privação de trabalho, além do sofrimento económico e simbólico, rompe a relação com os outros, criando uma ferida identitária. (Dubar, 2006).

Conforme refere Dubar (2006), “a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no nascimento: ela é reconstruída no decorrer da vida. O indivíduo jamais a constrói sozinho: ele depende tanto dos juízos dos outros quanto das suas próprias orientações e autodefinições. E nesse sentido ele diz que a identidade é um produto de sucessivas socializações.”

No centro da teoria de Dubar (2006) o reconhecimento de que a identidade se dá na articulação de dois mecanismos: “identidade atribuída pelos outros” (os rótulos) e a “identidade” para si (incorporação). Todavia, a ligação entre a identidade para si e a identidade atribuída pelo outro é simultaneamente inseparável e incerta, pois não há harmonização entre elas, mas sim processos de negociação. Pode, por exemplo, haver desacordo entre o que o indivíduo “pensa de si” e o que os outros “pensam sobre ele”: nesse caso, aparecem as “estratégias identitárias” enquanto mecanismos de “transações”, nos quais os indivíduos tentam incorporar/acomodar a identidade para si à identidade para o outro, seja abandonando alguns traços seus, recusando outros traços atribuídos ou mesmo incorporando-os. A transação subjetiva é a chave do processo de construção da identidade social e por isso é possível dizer que a identidade de uma pessoa não é feita à sua revelia, no entanto não podemos prescindir dos outros para forjar a nossa própria identidade.

O desemprego pode assumir diferentes significados para os indivíduos (Silva, 2009). O facto de um indivíduo se encontrar excluído de trabalho pode constituir uma fonte de sofrimento, uma vez que este passa pelo processo de dessocialização progressivo e sofre (Demazière, 2008). “É sabido que esse processo leva à doença mental ou física pois ataca os alicerces da identidade” (Milanesi, 1999).

Além disso, muitas vezes o trabalhador em situação de desemprego, ao percecioner essa situação como decorrente da sua falta de qualificação profissional ou incapacidade de

competir com outros trabalhadores pelas restritas ofertas de trabalho, sofre um processo de auto culpabilização e responsabilização (Silva, 2009).

As estatísticas são fundamentais para distinguir os diferentes tipos de desemprego e para fornecer perfis, mas não suficientes para apontar os sentidos das mudanças na vida dos indivíduos, tão pouco explicam as complexas relações que o fenómeno envolve (Silva, 2009).

Este trabalho centra-se na questão do desemprego sob a ótica da subjetividade e da construção da identidade de quem vive o fenómeno (Silva, 2009). Esta opção de estudar o desemprego, partindo de quem o vive, insere-se na ideia de que o desempregado, por estar nesta condição fragilizada, experimenta uma compreensão única da sua condição, que outro indivíduo, estando seguro no seu emprego, não conseguirá sentir nem captar (Silva, 2009).

Diante do desemprego o que emerge e como os sujeitos resignificam as sua identidades? É portanto, à compreensão do mundo do desempregado que este trabalho se dirige, isto é a forma como os desempregados vivenciam e interagem socialmente no desemprego. O ponto de partida sublinha a consistência da condição de desempregado, que se diferencia claramente dos outros estatutos sociais, permitindo formular a hipótese de uma pluralidade de maneiras de viver essa situação. Numa sociedade em que a atividade profissional é o fator essencial de integração social, o pedestal da definição de estatutos sociais e o provedor principal do sentimento de dignidade (Schnapper, 1997), o desemprego toma a forma de “provação”, que subtrai os sujeitos da vida comum e normal. Assim os desempregados não participam mais da temporalidade dominante que alterna trabalho e não-trabalho, eles são confrontados à desorganização dos seus hábitos, ameaçados pela desestabilização da sua identidade pessoal, conduzidos a interrogar-se sobre seu valor, invadidos pela inquietude em face de um futuro incerto (Demazière, 2008).

Se esses traços comuns, que foram sublinhados pelas pesquisas pioneiras dos anos 1930, definissem o desemprego, não seria suficiente descrever o que são os desempregados e suas reações a essa condição comum. Por isso “importa sublinhar a extrema variedade das condições de desempregados e as maneiras de viver o desemprego” (Schnapper, 1997). Trata-se de examinar como os desempregados negociam com uma categorização institucional que lhes é imposta, como se livram das margens de interpretação: sem ocultar as imposições instituições que pesam sobre eles (o controle da procura de emprego, mas

também a centralidade do valor trabalho ou, ainda, o olhar desvalorizador dos outros...) (Schnapper, 1997).

As variações na reação das pessoas desempregadas à privação do emprego podem ser tipificadas. É dessa tipificação que se trata no capítulo seguinte.

CAPITULO II – A VIVÊNCIA DO DESEMPREGO E OS LAÇOS SOCIAIS

2.1. A VIVÊNCIA DO DESEMPREGO: A TIPOLOGIA DE DOMINIQUE SCHNAPPER

No estudo de desemprego, Dominique Schnapper (1994), tipificou as reações ao fenómeno e caracterizou três tipos de desemprego: o “desemprego total”, o desemprego invertido e o “desemprego diferido”. A opção pela expressão desemprego em vez de desempregado é justificada conceptualmente, porquanto a tipologia não classifica as pessoas, mas formaliza as relações subjetivas e sociais do desemprego.

Quadro 2.1.

Tipologias de desemprego

Tipos de desemprego	Características nas vivências sociais
Desemprego total	Desorganização de hábitos; Ameaça de desestabilização da identidade pessoal.
Desemprego invertido	Atribuição ao trabalho assalariado de um lugar secundário. Adoção de ocupações que dão prazer individual e realização pessoal
Desemprego diferido	Resistência à desvalorização social. Preocupação em manter o estatuto ativo.

(Fonte: adaptado a partir de Demazière, 2008)

Na forma do “desemprego total”, o desemprego significa a perda do estatuto social procurado pelo emprego precedente, o fechamento em si mesmo, a rutura das solidariedades anteriores. Os sentimentos exprimidos de maneira recorrente pelos desempregados compreendidos neste tipo são a decadência, a humilhação, o aborrecimento generalizado, o vazio da existência, o medo do futuro. A figura do desemprego total delinea assim um mundo marcado pela marginalização social e pela falta de socialização e descrito por Schnapper, (1994) como “túmulos”. É esta experiência que revela *a contrario* a impregnação e a interiorização da norma do trabalho. É frequentemente assim que os detentores de menores recursos vivem a experiência do desemprego. Algumas populações mais ricas em recursos financeiros e sociais, conseguem pelo menos durante algum tempo, sobreviver nesta forma de desemprego (Schnapper, 1994).

Qual o significado da expressão “desemprego total”? “É a condição do desemprego na sua verdade nua e crua: a humilhação do desempregado, o seu aborrecimento quotidiano, o enfraquecimento das relações sociais que descambam por vezes na solidão absoluta” (Demazière, 2008).

O “desemprego invertido” corresponde ao desenvolvimento de uma atitude de desvalorização do estatuto de assalariado e busca de alternativas. Desenvolve-se aversão em relação ao trabalho regular, rotineiro, executado sob a dependência de uma hierarquia. Investe-se em atividades por si mesmo, abraçam-se paixões abandonadas até então, dedica-se a práticas artísticas, adota-se um ritmo de vida estudantil, eis algumas de muitas variantes de investimento do tempo pelo desempregado, investimento alternativo que está no princípio da inversão do sentido do desemprego. O “desemprego invertido” enraíza-se assim num sistema de valores, no qual o trabalho assalariado, imposto, tem um lugar secundário em relação às ocupações que fornecem ao indivíduo prazer e realização pessoal (Demázere, 2008).

Na experiência do “desemprego diferido”, a procura de emprego constitui uma ocupação em tempo integral, um equivalente da atividade exercida no cenário do emprego: procedimento de procura de emprego, participação em estágios para aperfeiçoar as suas competências, participação em atividades que possam aumentar os seus conhecimentos do mercado de trabalho, etc., mas todas as atividades que se procura visam aumentar os trunfos para a obtenção de um emprego. Estas atividades permitem resistir à desvalorização social e manter, apesar da privação de emprego, um estatuto de ativo. Os quadros superiores, por exemplo, que se esforçam para inverter o sentido da sua experiência, lutam para transformar positivamente a experiência e continuam a definir-se em função da relação no mercado de trabalho. Querem manter-se na “corrida”. Este desemprego, assim “diferido”, pode durar dois ou três anos, mas depois os próprios quadros superiores são cada vez mais numerosos a passar pela experiência do “desemprego total” (Schnapper, 1997).

2.2. DESEMPREGO E VULNERABILIDADE SOCIAL: A DESFILIAÇÃO E A DESSOCIALIZAÇÃO

Se a interiorização do desemprego como emprego diferido corresponde à ideia de um hiato, de um intervalo de tempo entre emprego anterior e posterior e a ideia de desemprego invertido corresponde à mobilização de alternativas de atividade e reconhecimento, o desemprego total remete-nos para a problemática da desfiliação social Castel (1998). Na síntese de Fenato (s.a.) “o que produz vulnerabilidade não é um estado de faltas, seja de alimentação, casa, saúde, educação, mas sim de dois vetores: 1) o eixo da integração ou não integração pelo trabalho; 2) e o eixo da inserção ou não inserção numa sociabilidade sociofamiliar.”.

No eixo do trabalho pode existir integração, precarização e exclusão, no eixo relacional podem existir diferentes inserções, que giram entre dois extremos: a inscrição sólida numa rede de sociabilidade e o isolamento social total. O cruzamento dos dois eixos produz quatro zonas:

- Zona de integração: goza-se de um trabalho permanente e pode-se mobilizar suportes relacionais sólidos;
- Zona de vulnerabilidade: há precariedade nas relações de trabalho e fragilidade nas relações sociais;
- Zona de desfiliação: ausência de trabalho e isolamento social;
- Zona de assistência: incapacidade de trabalho e forte inserção social.

As quatro zonas compreendem quatro modalidades de existência social, segundo uma relação que vai da autonomia à dependência, ou da estabilidade à turbulência máxima. Nesta perspectiva, a vulnerabilidade é produzida pela precariedade do trabalho somada à fragilidade do vínculo social. Porém, a desfiliação seria a vulnerabilidade já acentuada, a ausência do trabalho e o isolamento social. Assim, a desfiliação manifesta-se como uma rutura em relação às normas de reprodução social hegemónicas, que controlam a inscrição social (Fenato, s.a.).

Segundo Robert Castel, o espaço de existência social que mais cresce é o da desfiliação, que está relacionada com as mudanças nas relações de trabalho, nas redes de sociabilidade primária e na forma como emergem ruturas em relação aos estratos sociais nos quais cada indivíduo deve estar inserido (Fenato, s.a). O desfiliado não é um excluído, e isto porque não vive uma situação de ausência completa de vínculos; não está fora da sociedade, mas sim distante do centro da coesão desta (Brandão, 2002).

Na sociedade salarial a “empresa é um dos lugares da socialização, essencial numa sociedade produtiva, tanto quanto a família e a escola. Os desempregados perdem a posição económica, as relações sociais, ficam privados da dignidade que se exprime através da identidade do trabalho “(Schnapper, 1997). Esta perda de posição na produção não é apenas a perda de um “posto” mas é a perda de um “lugar”, de um espaço de relações sociais. Como diz Robert Castel “Existe uma ausência de trabalho e isolamento relacional, o trabalho assalariado é um elemento de coesão e integração social. A precarização do trabalho é um

processo central, comandado pelas novas exigências tecnológicas da evolução do capitalismo moderno”. (Castel, 2000).

Na visão de Robert Castel, a zona de vulnerabilidade social corresponde a uma posição intermédia entre a integração e a perda, a que chama desfiliação. Teremos, assim, três modos de integração: os integrados, os vulneráveis e os desfiliaados. A dimensão de cada zona altera-se com as condições contextuais. Como escreve Castel: “Se ocorrer algo como uma crise económica, o aumento do desemprego, a generalização do subemprego: a zona de vulnerabilidade dilata-se, avança sobre a de integração e alimenta a desfiliação. A composição dos equilíbrios entre essas “zonas” podem assim – pelo menos é a hipótese que vou tentar fundamentar – servir como indicador privilegiado para avaliar a coesão de um conjunto social num dado momento” (Castel 2000: 24). Em síntese, os desfiliaados estão em rutura, na zona de não integração social, mas também estão fragilizados pela instabilidade na estrutura dos seus relacionamentos.

Se a desfiliação corresponde ao enfraquecimento das relações, pode atingir o ponto extremo da perda de noção do lugar das relações sociais na existência individual, uma situação de quase amoralidade, a que Serge Paugman chama dessocialização: “mais do que a pobreza, que pode ser concebida de forma estática e como mensuração, trata-se de um processo que empurra, progressivamente para fora da esfera produtiva aqueles segmentos populacionais menos qualificados” (Paugman, 1994:14).

CAPITULO III – METODOLOGIA

Neste estudo adota-se uma metodologia qualitativa que recorre a entrevistas semi-directivas de enfoque biográfico de desempregados que se encontram na faixa etária do grupo-alvo que definimos como sendo o da maturidade profissional (40-55 anos).

A informação recolhida nas entrevistas foi submetida a um processo de análise de conteúdo. Esta inclui a análise categorial, e a análises temáticas para alguns de nós centrais das entrevistas. Nesta são identificados os *corpus* centrais da entrevista a analisar em profundidade e, com recurso à identificação e à contagem das categorias e subcategorias, faz-se uma análise de conteúdo temática”, isto é a análise de conteúdo tradicional (Guerra, 2006).

3.1. QUESTÃO DE PARTIDA E HIPÓTESES AVANÇADAS

É precisamente a compreensão do mundo do desempregado na faixa etária dos 40 aos 55 anos que este estudo se dirige. Como os desempregados vivenciam e interagem diante deste fenómeno. Assim sendo, a pergunta de partida é: “Numa sociedade em que o assalariamento é central nas relações sociais, estar-se privado involuntariamente de trabalho implica sentimentos de perda e/ou ações tendentes à reestruturação da identidade?”.

Será realizada a caracterização sociográfica dos atores; analisar-se-á a sua distribuição por sexo; as habilitações académicas que possuem e o percurso profissional, tendo em conta que a dissertação parte da base de estudo de trabalhadores que estão na situação desemprego e como é a vivência dessa mesma situação.

É, também, objetivo deste estudo conhecer as estratégias que cada um dos agentes utiliza na procura de emprego, os tipos de apoio que têm à sua disposição para a entrada de novo no mercado de trabalho. Procura-se compreender as expectativas que daí advêm; quais os fatores que condicionam, na perspetiva dos atores, a dificuldade de obtenção de emprego; através dos seus testemunhos tenta-se compreender a vivência da situação a nível familiar, social e do próprio ator.

Assim, iniciou-se o plano de trabalho, tendo em consideração que “a organização de uma investigação em torno das hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor”, considerando que “além disso um trabalho não pode ser uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou várias hipóteses” (Quivy & Campenhoudt, 2005:119). Como forma de se avançar de uma forma clara nesta investigação, construiu-se o seguinte conjunto de hipóteses:

Hipótese 1

A importância da orientação para o trabalho por parte dos atores sociais influencia a natureza e a intensidade dos sentimentos de perda gerados pela privação do emprego.

Hipótese 2

Os indivíduos reagem de forma diversa à condição de desempregado consoante as suas propriedades sociais.

Para operacionalizar estas hipóteses testa-se a aplicabilidade da tipologia de vivências do desemprego desenvolvido por Dominique Schnapper a um conjunto de homens e mulheres desempregados com idades entre os 40 e os 55 anos.

3.2. OPÇÕES METODOLÓGICAS

Optou-se pela entrevista semiestruturada, pois segundo Quivy e Campenhoudt (2005:192), a entrevista é um processo que nos permite retirar “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados”. A entrevista semiestruturada pela sua flexibilidade, permite colher testemunhos e interpretações dos entrevistados, pois só eles são capazes de descrever as suas experiências pessoais no âmbito do desemprego.

Assim sendo, a entrevista foi semiestruturada, maioritariamente com questões semiabertas. Esta entrevista está estruturada em cinco partes: na primeira parte pretende-se a caracterização do entrevistado; na segunda parte procura-se conhecer as formas de procura de emprego; na terceira parte tenta-se aferir quais os fatores condicionantes na entrada, novamente, no mercado de trabalho; na quarta parte tenta-se compreender o “eu” e o desemprego e finalmente na quinta parte tenta-se explorar o seu relacionamento familiar e social.

Foi elaborado um guião utilizando a metodologia de Foddy (1996) que permitiu a sequência dos temas sobre os quais se pretendia obter informação. A entrevista foi validada com a realização de entrevistas a três pessoas que não fazem parte da seleção e nas quais não existiu gravação das mesmas, a pedido dos próprios.

Constata-se que o método intensivo utilizado permite a análise em profundidade do fenómeno da vivência do desemprego de cada um dos entrevistados. Contudo, este método não permite, ao contrário do método extensivo, obter uma conclusão mais abrangente para o universo dos desempregados.

Comumente, na metodologia de investigação das Ciências Sociais, é possível observar dois tipos essenciais: as de natureza quantitativa e as de carácter qualitativo. As metodologias quantitativas “baseiam-se numa lógica dedutiva, onde as teorias e as hipóteses são testadas numa ordem de causa-efeito. Conceitos, variáveis e hipóteses são escolhidos antes do trabalho de campo começar e permanecem fixos durante o estudo” (Creswell 1997: 7). Numa visão metodológica qualitativa prevalece uma lógica indutiva. Creswell afirma, “as categorias emergem das informações, em vez de serem identificadas à priori pelo investigador. Esta situação potencia a formação de contextos-limite de informação muito ricos que conduzem a padrões ou teorias que ajudam a explicar o próprio fenómeno”

Ao utilizar-se esta metodologia, temos um olhar profundo através de múltiplos aspetos, que nos ajudam a entender e compreender as variáveis que o fenómeno das vivências do desemprego, que é a centralidade da investigação (Regado 2012:82)

3.3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA AMOSTRA

Para aceder aos entrevistados que fazem parte da investigação lançou-se o desafio nas redes sociais, designadamente no “facebook”. Os interessados deram a sua resposta através de mensagem privada. Foi-se também ao encontro de alguns potenciais entrevistados.

Recebeu-se, através de mensagem privada a resposta de doze pessoas, cinco homens e sete mulheres, que se mostraram disponíveis para participar no projeto.

O contacto foi efetuado pela própria investigadora através de mensagem privada solicitando os contactos telefónicos. Iniciou-se o processo de contacto com os intervenientes e obteve-se a confirmação da disponibilidade de quatro homens e quatro mulheres que se encontravam no perfil definido, isto é, na faixa etária dos 40 aos 55 anos e estavam na situação de desemprego. Também, das várias pessoas de quem fomos ao encontro um homem mostrou-se disponível para participar na investigação, sendo que o mesmo correspondia ao perfil definido.

Tendo em conta a nossa aposta no método intensivo, é aceite que a abordagem qualitativa que pressupõe o método biográfico, não dispense o desenho de uma investigação que resolva as questões da representatividade, fiabilidade e informação (Marques, 2009).

Ao fim de nove entrevistas entendeu-se que não seria necessário efetuar mais entrevistas porque nos vários relatos conseguiu-se, na quase totalidade das mesmas, as respostas que se pretendiam para a conclusão do trabalho. Os critérios seguidos tiveram em conta o facto de

se obter uma saturação da informação. Esta “cumprir duas funções essenciais: do ponto de vista operacional, indica em que momento o investigador deve parar a recolha de dados, evitando-lhe desperdício inútil de provas, de tempo e de dinheiro; do ponto de vista metodológico, permite generalizar os resultados ao universo de trabalho (população) a que o grupo analisado pertence (generalização empírico-analítica). (Guerra, 2006: 40).

Frequentemente, considera-se que a dimensão de interação, nas entrevistas e histórias de vida, cria novos “obstáculos epistemológicos” visto que a interação entre duas pessoas e duas subjetividades num processo de grande intimidade gera tensão entre o quadro formal da pesquisa e essas duas subjetividades: tensão porque o “voyeurismo” sociológico não é suficiente para descansar o espírito do investigador relativamente ao facto de nada ter para retribuir essa dívida de partilha da intimidade, sobretudo quando se trata de populações desprotegidas e com graves carências (Guerra, 2006).

3.4. ENFOQUE BIOGRÁFICO

A investigação está centralizada e orientada para que seja possível deslocar para o papel as narrativas das vidas dos nossos entrevistados, o que precede a existência de um “contrato implícito” entre o investigador e o entrevistado (Marques, 2009:63). Ficou também implícito de que “não há regras definidas quanto à forma de otimizar as condições de uma entrevista, exceto quanto ao respeito pela privacidade, aos silêncios e à liberdade dos entrevistados (Marques, 2009:63). A empatia entre o investigador e o entrevistado e o compromisso assumido, permitiu condições necessárias para que o entrevistado pudesse “desabafar” e mostrar os seus pontos de vista bem como explicar toda a sua experiência do fenómeno. Através da palavra o entrevistado conta a sua história, fazendo crer ao investigador que as suas palavras são as que ele acredita ou quer acreditar.

Para efetuar a análise de conteúdo tradicional definiram-se cinco categorias de análise. Na primeira a que se chamou “Caracterização” - definiu-se como subcategorias a idade, o sexo, o estado civil, as habilitações literárias, as causas do desemprego e o tempo do mesmo. Na segunda categoria - a “formas de procura de emprego” - privilegiou-se as formas de obtenção de emprego bem como a perceção do Centro de Emprego da área de residência; Na terceira categoria “Fatores condicionantes” utilizou-se como subcategorias, a formação profissional e a remuneração. Na quarta categoria “Vivências do desemprego” - foram abordadas as seguintes subcategorias a ocupação do tempo, projetos profissionais, o “eu”.

Por fim, na quinta categoria os “laços sociais” - abordam-se as redes familiar e social mais amplas.

Quadro 3.1.
Categorização – Análise de Conteúdo

Categoria	Subcategoria
Caracterização	Idade Sexo Estado civil Habilitações literárias Causas do desemprego Tempo no desemprego
Procura ativa de emprego	Formas de obtenção de emprego Perceção do Centro de Emprego da área de residência
Fatores condicionantes	Formação profissional Remuneração
Vivências do desemprego	Ocupação do tempo Projetos de vida “eu”
Laços sociais	Rede familiar Rede social

(Responsabilidade da autora)

3.5. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Quanto ao perfil dos nossos entrevistados, o mesmo comporta o leque das idades escolhidas para a investigação e o facto de se encontrarem todos na situação de desemprego devido a despedimento ou extinção do posto de trabalho.

A população alvo distribui-se pelo Concelho de Almada. As entrevistas foram realizadas durante os meses de Julho e Agosto de 2013 em locais acertados entre o investigador e o entrevistado. Seis entrevistas foram realizadas na casa do entrevistado; duas numa sala de reuniões dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada; uma num espaço público, com alguma privacidade. As entrevistas foram gravadas, com consentimento dos entrevistados.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O nosso estudo empírico testa a aplicabilidade da tipologia de Dominique Schnapper ao nosso grupo de entrevistados. São apresentados os resultados das entrevistas realizadas, com enfoque especial nas vivências do desemprego, dando especial relevo à ocupação do tempo, aos projetos profissionais, à rede social e familiar e ao “eu”, bem como aos relacionamentos familiar e social.

Igualmente, descrevem-se os procedimentos adotados pelos entrevistados na procura ativa de emprego, quais as dificuldades e os fatores que condicionam o regresso, novamente, ao mercado de trabalho. Também, as características dos nossos entrevistados tais como: idade; género; habilitações académicas; tempo de desemprego, etc será descrito. Através destas temáticas tentaremos aferir quais os tipos de desempregos que se cruzam nos nossos atores sociais.

Começamos por analisar, caso a caso, o discurso sobre a vivência no desemprego e a sua inserção na tipologia de Dominique Schnapper.

4.1. A PERSISTÊNCIA DO DESEMPREGO DIFERIDO

O entrevistado que designámos por E1 tem 51 anos é homem, está há 2 anos no desemprego, que ocorreu devido à reestruturação da empresa e concluiu o 12º ano de escolaridade, através das novas oportunidades já na situação de desemprego. Relativamente à perceção do apoio que recebe do Centro de Emprego afirma que do mesmo não há respostas e que para ele a frequência de formação profissional “em nada ajudaria”.

O nosso entrevistado, continua na procura ativa de emprego e diz que reage à informação que consegue, “respondo a vários anúncios”. Os seus projetos profissionais encontram-se centrados no regresso ao trabalho “fiz o 12º ano para ter mais oportunidades de regressar ao mercado de trabalho”

Entende a sua vivência presente como um intervalo entre dois empregos:

“O desemprego para mim são férias (...) é mesmo para descansar (...) vou passar o Natal com a minha filha (...) faço coisas que não fazia quando estava empregado, por exemplo bricolage”.

“Não é por estar desempregado que vou modificar a minha maneira de ser (...) sinto-me bem física e psicologicamente.”

No discurso deste entrevistado não se verificam sinais de perda de laços familiares nem de problematização da identidade. Pelo contrário, indica que os seus laços familiares se fortaleceram e refere com determinação a necessidade de prosseguir:

“Os meus laços familiares fortaleceram-se (...) a pessoa que está ao meu lado é uma daquelas pessoas que eu considero mais fraca, consegui moraliza-la.”

“Eu tenho que continuar a lutar pela vida (...) tenho que seguir (...) tenho duas mãos, duas pernas e uma cabeça (...) sou capaz, consigo.”

E1 apresenta as características do desemprego diferido. Como afirma Schnapper as pessoas que assim vivenciam o desemprego “estão entre dois-empregos”(1997:60): utiliza o tempo para realizar outras atividades de lazer que lhe trazem realização pessoal, as quais não podia realizar quando estava empregado, porque considera o desemprego como uma situação transitória. A sua identidade pessoal nunca foi posta em causa; existe um reforço dos seus laços familiares.

O entrevistado que designámos por E9, tem 50 anos, é homem, fez o 12º ano, está há 2 anos no desemprego, a que chegou por reestruturação da empresa. Não fez uma licenciatura, porque todo o seu tempo era dedicado à empresa. Relativamente ao Centro de Emprego, crê que o mesmo não dá as respostas adequadas, vai investir na formação profissional a fim de tentar a área de restauração, essa mesma formação será paga pelo mesmo. Faz uma procura ativa de emprego, por sua iniciativa:

“comecei logo a fazer uma pesquisa na minha rede de contactos (...) estudo as empresas e envio o meu curriculum.”

O entrevistado valoriza simultaneamente o acesso ao trabalho e a remuneração. Valoriza a remuneração pois acha que a mesma “é uma componente da profissão...tem que servir como fator motivador”. Faz um investimento no regresso ao trabalho e procura alternativas que julga possíveis:

“Ocupo o meu tempo preparando as entrevistas (...) estou, também, a preparar o curso de restauração que vou começar em setembro, já comecei a estudar.”

“Na minha área, não tenho qualquer hipótese vou tentar a restauração.”

O seu centramento no regresso ao trabalho está associado a “atitudes que permitem resistir à desvalorização social e manter, apesar da privação de emprego um estatuto ativo” (Demazière, 2008:137).

Este entrevistado situa-se no tipo de desemprego diferido, mas no seu discurso sobre si mesmo notam-se os sinais da tensão que Schnapper associa à dificuldade de manter essa

vivência. O seu “eu” sente-se humilhado. Existe um reforço dos seus laços familiares, mas já quanto aos laços sociais o mesmo não se verifica, existem sim sinais do fenómeno de dessocialização:

“Estou desorientado, estou assustado, já tive que me desfazer de bens... onde vou encontrar a minha tábua de salvação para continuar a viver... uma pessoa não vive é numa incerteza muito grande há momentos muito difíceis (...) tenho alguma vergonha quando encontro os meus colegas.”

“Tenho 50 anos, estou morto (...) sinto-me excluído, desrespeitado... eu tenho valores que a sociedade não tem.”

Estes entrevistados, apesar de estarem há longo tempo no desemprego, mantêm uma forte orientação pelo trabalho, a expectativa de regressar a ele e são encorajados nesse sentido pela sua envolvente, quer familiar quer mais ampla. Por isso, dizemos que se encontram no espaço do desemprego diferido.

4.1.2. A TENSÃO ENTRE VIVÊNCIAS DO DESEMPREGO – O DESEMPREGO DIFERIDO E O DESEMPREGO TOTAL – PODEM COMBINAR-SE

A entrevista E4 tem 50 anos, é mulher, divorciada, fez o 12º ano de escolaridade, está há 2 anos na situação de desemprego e foi simplesmente despedida. Está revoltada com o Centro de Emprego (“elas não tem formação para nos atenderem”) e desvaloriza a formação profissional oferecida pelo Centro de Emprego “não sei se valeria a pena frequentar ... não há nada dentro da minha área”

A sua atitude é ainda de esforço no regresso ao emprego (“concorro a tudo que é jornal, internet, etc”) e faz predominar a orientação para o trabalho sobre a orientação para a remuneração, mas pelo facto de já estar há muito tempo sem emprego. Apesar de reagir, interiorizou um discurso de impossibilidade sobre a sua inserção no mercado de trabalho:

“Quando já estás mesmo há muito tempo à procura... já não interessa mesmo, nem que seja 200/300/400 euros.”

“Se tivesse apoio por trás, tinha-me enviado de cabeça para outra coisa qualquer... um negócio...mas não posso arriscar.”

O seu tempo é aplicado em atividades de substituição, nomeadamente no apoio à família. A tensão na sua rede familiar implicou já, nomeadamente, um divórcio. Existe um sentimento de perda quando se aborda a questão do “eu”. Relativamente aos laços sociais existe dessocialização:

“Sinto-me mal, muito mal, chamam-te velha para trabalhares... e as minhas filhas que futuro lhes poderei dar (...) é um stress constante.”

“Não, claro que não podes respeitar se não há ninguém que te oiça.”

A combinação entre a manutenção da orientação pelo regresso ao trabalho e a existência de stress familiar e dessocialização levou-nos a considerar a sua situação como sendo de combinação entre desemprego diferido e desemprego total.

O mesmo perfil de reação encontramos no entrevistado E6. É um homem de 40 anos, casado, que fez o 2º ano da licenciatura em direito e está há 2 anos na situação de desemprego, devido à cessação de contrato de trabalho. A sua atitude é igualmente de revolta com o Centro de Emprego:

“O Centro de Emprego pouco ou nada tem ajudado (...) não conseguem gerir o exército de desempregados... somos tratados como gado”

Este entrevistado desvaloriza a formação profissional (“não acredito que a formação profissional me desse a oportunidade de ter um emprego”) a remuneração (“a remuneração não é prioritária... agora que já não tenho nada”), mas continua a ter iniciativa de procura de emprego.

Enquanto a mulher que se encontrava nesta situação tinha no apoio à família uma atividade de substituição algo valorizada, este homem interiorizou um sentimento de humilhação profundo que inclui a interação familiar, como por exemplo a filha o vê na situação de desempregado, “casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão.”

“Eu não consigo viver...eu não consigo viver, sinto-me incapaz (...) vivo numa pressão constante e não consigo libertar-me, isolo-me e depois se calhar falho na educação da minha filha...sem dúvida é um estigma... a minha filha diz-me que quando for grande não quer ser como eu...é uma vergonha, uma humilhação...dizemos uma asneira em casa, a menor começa a ouvir e assim sucessivamente... ligamos a televisão é só homicídios... dá que pensar.”

Ao nível familiar existe uma tensão constante que, também, o perturba bastante. A dessocialização também é um fenómeno que se verifica neste nosso entrevistado.

“A nível familiar a tensão é permanente, a tensão vive-se em casa...há conflitos não de violência física mas psicológica.”

“Tentar não me mexer muito... mexer-me o essencial...vivo como uma planta.”

“Vivo numa situação expectante...nada otimista (...) a idade é um entrave...eu saio deste país, eu saio...”

Tal como a anterior entrevistada, este tem uma vivência do desemprego que combina a persistência da orientação pelo trabalho com perda de importância relativa da remuneração, revolta com o Centro de Emprego e uma situação de desfamíliação (tensão conjugal) e

risco de dessocialização. Ao contrário da entrevistada anterior, refletindo a diferença de género, tem dificuldades também no seu auto-posicionamento quanto à descendência. Isto é, na condição de género masculino, toda a interação familiar o questiona, em vez de ter alguma compensação nos vínculos como, no caso, a filha.

A entrevistada E7, de 40 anos, mulher, casada, com o 8º ano de escolaridade, está há 2 anos na situação de desemprego, por ter sido despedida. A nossa entrevistada refere que o Centro de Emprego tem dificuldade em dar resposta à sua situação de desemprego, mas sem a revolta dos dois entrevistados anteriores, está disponível para investir em formação profissional e considera que o facto de ter poucas habilitações é um fator condicionante para um novo emprego.

Este caso reflete a possibilidade de uma ótica de desemprego diferido, mesmo perante insucessos. A entrevistada procura ativamente emprego e está muito centrada na procura do mesmo. Já emigrou para França julgando que seria mais fácil aí conseguir um emprego. Mal sucedida, teve que regressar a Portugal. A sua atitude é de voltar a insistir na procura de emprego (“agora que regressei, vou tentar começar do zero”). Tal como os anteriores passou a desvalorizar a remuneração, que agora não considera prioritária, dando prioridade à vertente ocupação.

Tal como se observou com a mulher anteriormente referida neste tipo, a família oferece algum tipo de compensação. O seu tempo é ocupado a cuidar dos filhos e da casa, uma forma de contribuir para o orçamento familiar. Registe-se, aliás, que este traço de comportamento é partilhado por todas as nossas entrevistadas. O seu “eu” transparece um sentimento de perda. Se neste caso não temos tensão visível nos laços familiares, ela é visível nos sinais de dessocialização:

“Estou nervosa, não tenho calma com pormenores ... estou praticamente fechada o dia inteiro...sinto-me impotente...estou um pouco mais fraca mentalmente...sinto-me mal, muito mal.”

“Não sou respeitada...as regras sociais são pormenores que nos prejudicam no dia-a-dia... porque é que a gente tem que respeitar?”

A coexistência de uma orientação ativa pelo regresso ao emprego e sentimento de perda e humilhação leva-nos a considerar ser também esta uma situação de desemprego diferido-total.

A entrevistada E8, tem 41 anos e é uma mulher, casada, que tem o 4º ano da licenciatura em comunicação social e está desempregada há 3 anos, depois de ter sido despedida. Não

concluiu a licenciatura devido ao nascimento dos filhos. Para esta nossa entrevistada o Centro de Emprego tem dificuldades em dar resposta ao seu caso, está disponível para investir em formação profissional, pois assim ficaria com mais conhecimentos. Atribui as suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho à sua idade. Uma das características do desemprego diferido é a procura ativa de emprego, o que a mesma faz recorrentemente, enviando “candidaturas espontâneas”. Já valorizou a remuneração mas, neste momento está num percurso de desvalorização da mesma porque segundo afirma “qualquer empresa, qualquer pessoa, que me pagar o salário mínimo, leva-me, porque talvez seja uma forma de voltar ao mercado de trabalho”. A ocupação do seu tempo, é igual à das outras mulheres entrevistadas, ou seja, as suas atividades de substituição encontram-se no domínio do apoio à família.

“Faço a lida da casa, vou às compras... procurar as promoções dos produtos alimentares... ajudar as crianças na escola, ajudo, também o meu marido na gestão da escola de windsurf.”

A vivência do “eu” demonstra um sentimento de perda. Os seus laços sociais são tensos.

“sou um número metido num saco... é uma frustração ... quando digo que estou desempregada têm pena de mim ... não me quero misturar com os desempregados profissionais (...) tenho dificuldade em adormecer... estou amargurada, preocupada... choro quando as crianças me pedem algo... e não posso dar (...) tenho dias que está tudo escuro, tudo negro, não me apetece levantar.”

“Acho que há uma falta de respeito pelos desempregados... passo aos meus filhos o mesmo sentimento... tento tornear as regras.”

Também esta entrevistada manifesta a combinação entre preservação de um comportamento de procura ativa de emprego e sentimento de humilhação e perda que caracterizam, a nosso ver, a situação de combinação de desemprego diferido e desemprego total.

4.1.3. O DESEMPREGO TOTAL

O entrevistado E5, tem 42 anos e é um homem, solteiro, com o 9º ano de escolaridade, há 2 anos na situação de desemprego por causa do encerramento da empresa. Este nosso entrevistado apresenta todas as características do desemprego total. Como refere Schnapper “é a condição na sua verdade nua e crua: a humilhação do desempregado, o seu aborrecimento quotidiano, o enfraquecimento das relações sociais que descambam por vezes na solidão absoluta.” (1997:60).

O Centro de Emprego não oferece a este entrevistado qualquer resposta a fim de obter um trabalho e ele desvaloriza a formação profissional (“já frequentei...honestamente, não creio que tenha adiantado nada...continuo na mesma”).

Não procura emprego e interiorizou a condição de não empregável: “honestamente, há muita gente desempregada (...) não consigo porque há pessoas mais bem habilitadas do que eu.” Tem uma total ausência de perspectivas no regresso ao trabalho (“quando olho para o futuro, não vejo melhoras”) e, o sentimento de humilhação percorre este nosso entrevistado quanto à sua situação de desemprego. Citando Robert Castel (2000) este nosso entrevistado encontra-se na zona de desfiliação: ausência de trabalho e isolamento social. Referindo, também, Schnapper (1994) o desemprego total é o limiar do “túmulo.” É nesse limiar que se encontra o nosso entrevistado:

“ando na rua a pedir para comer e para pagar o quarto.”

“triste...às vezes tenho assim vontade é de desaparecer, meter-me num buraco e extinguir...sem vontade viver... é frustrante...já estive em prisão subsidiária dois meses...o desemprego modificou-me completamente...as coisas deste lado são muito difíceis...tenho vergonha e os meus amigos têm vergonha de mim”

“ando o dia todo sozinho, completamente sozinho (...) não fui criado pelos meus pais (...) não tenho afinidade com qualquer familiar”

“não tenho vontade de fazer parte desta sociedade, sinto-me totalmente excluído dela.”

Entre os nossos entrevistados, esta é a única situação de desemprego total, de perda de orientação pelo emprego, desfamíliação e dessocialização.

4.1.4. O DESEMPREGO INVERTIDO

O entrevistado que designámos por E2, tem 55 anos, é homem, casado, tem o 6º ano de escolaridade, está há 26 meses na situação de de desemprego, a que chegou por reestruturação da empresa em que trabalhava. Quanto à perceção do Centro de Emprego para ele, também, o mesmo não dá qualquer resposta à sua situação “não recebi nenhuma proposta do IEFPP”. Está recetivo para investir na formação pois considera que o seu nível de instrução lhe tem dificultado a obtenção de um trabalho.

A sua relação com o trabalho está numa fase contraditória. Por um lado valoriza a remuneração (“para mim é o principal”) e diz que os seus projetos profissionais passam por voltar a ter emprego. Por outro, não procura emprego é um “desencorajado”; ocupa o seu tempo livre no ginásio ou praticando desportos amadores: O seu “eu” reflete em sentimento de perda.

“Não procuro emprego (...) apenas tenho mantido alguma ocupação até porque espero voltar a ter emprego.”

“Mal, sinto-me muito mal, estou infeliz (...) não sei o que será de mim amanhã.”

Se os seus laços familiares são fortes, estão sob alguma tensão já que a família o faz sentir que “estou acomodado à situação”. Não há sinais de perda de laços sociais mais amplos. Quanto à sua integração na sociedade sente-se, inteiramente, integrado na mesma. Encontra-se na zona de assistência definida por Robert Castel (2000) “como incapacidade de trabalho e forte inserção social.”

Este entrevistado tem um discurso contraditório entre a possibilidade de regresso ao trabalho e a instalação de um modo de vida alternativo. Apesar do sentimento de perda, encontra atividades alternativas e a fonte identificada de *stress* familiar prende-se com a sua acomodação a uma nova atividade centrada no lazer. Pelo que se depreende das suas práticas e pela contradição entre o seu discurso sobre o emprego e a ausência de procura de emprego.

A entrevistada E3, tem 55 anos, é mulher casada, tem a 4ª classe, está há 20 meses no desemprego onde chegou por causa da redução do volume de faturação na empresa. Afirma que o Centro de Emprego da área de residência nunca a ajudou. Tem uma relação formal com o Centro (“apenas vou ao Centro de Emprego quando solicitado”). Ela desvaloriza o seu perfil pessoal para acesso a formação profissional. Quanto à remuneração “é importante, mas não é o mais importante”. Vê-se a si própria como uma trabalhadora não especializada (“tenho competências e experiência para trabalhos não especializados”), mas interiorizou que o seu destino já não passa pelo trabalho, mas pela alternativa da reforma:

“Com o aproximar da idade da reforma e já com 42 anos de descontos, passou a ser o meu projeto principal, neste momento.”

Tal como todas as mulheres ocupa o seu tempo em atividades de substituição como apoio à família (“cuidados da casa... ajudar os filhos”), no que parece um compasso de espera para a realização da alternativa que vê como o caminho possível.

O seu “eu” sente-se humilhado devido à situação de desemprego, mas de algum modo restringido à questão do rendimento:

“Não gosto de estar assim (...) é uma humilhação não ter dinheiro para as necessidades básicas (...) às vezes penso... o que ando cá a fazer neste mundo.”

Os seus laços familiares estão reforçados (“para fazer face aos problemas estamos mais unidos que nunca”), os seus laços sociais estão igualmente fortalecidos (“sou respeitada pela

sociedade, acredito nesta sociedade”). Como o entrevistado E2, também, esta nossa entrevistada se encontra na zona de assistência proferida por Robert Castel.

Esta entrevistada está numa fase de espera do modo de vida alternativo que encontra como saída a passagem à reforma. Por ser essa a sua orientação a colocámos como correspondendo ao desemprego invertido.

4.1.5. AS VIVÊNCIAS DO DESEMPREGO: VISÃO GERAL

Na sua tipologia Dominique Schnapper identificou três tipos de vivências do desemprego, que definiu como não correspondendo necessariamente a pessoas concretas mas a situações e identificou que a prazo os entrevistados evoluem do desemprego diferido para o desemprego total.

Nesta nossa pesquisa, o teste da sua tipologia com desempregados de longa duração na fase madura da idade ativa, trouxe dados que ajudam a problematizar a tipologia e a refletir sobre a vivência dos desempregados.

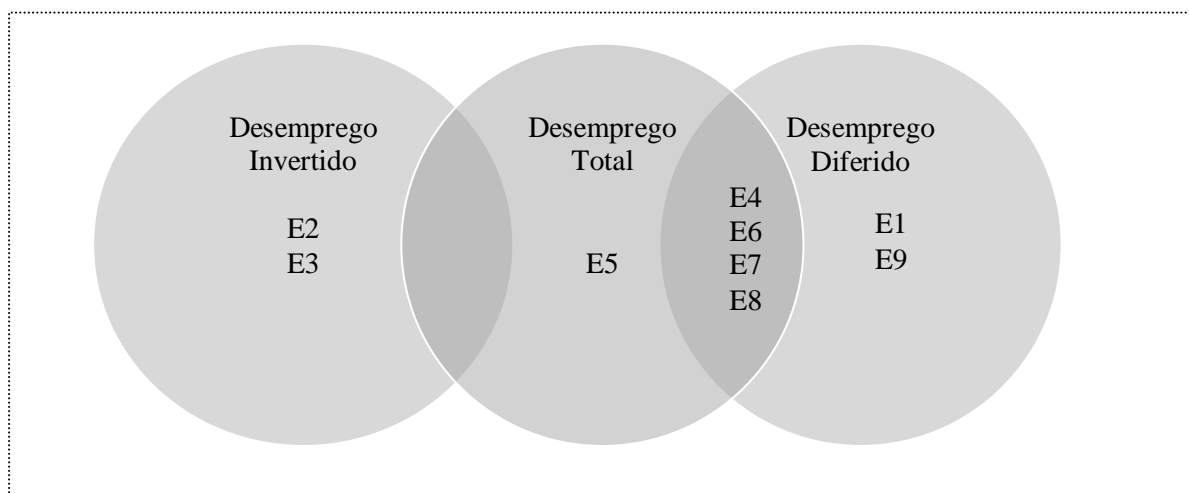
Em primeiro lugar, deve registar-se a resiliência nos nossos desempregados da orientação para o valor trabalho e a sua vontade ativa de regressar ao emprego. Ao contrário de encontrarmos um grupo predominantemente situado no desemprego total, encontramos vários entrevistados que continuam a procurar emprego e a mostrar essa orientação como fio condutor das suas vidas.

É certo que a situação mais frequente que encontramos é a das pessoas numa situação mista de desemprego diferido e desemprego total, que corrobora a hipótese de que o desemprego total possa ser o destino final destas vivências. Mas, apenas com base nesta pesquisa não se pode excluir a hipótese de que uma parte dos desempregados mantém uma firme orientação pelo trabalho que os mantém afastados dessa situação.

Nesta pesquisa verificámos ainda que o desemprego invertido aparece menos relacionado com a adoção de valores ligados ao lazer do que seria expectável pela tipologia de Schnapper. Mas identificámos um fator institucional que encoraja o desemprego invertido e que merecia ser aprofundado noutras pesquisas – a ideia da passagem à reforma ainda que estando-se a uma distância grande da possibilidade da sua materialização.

Figura 4.1.

Tipos típicos e tipos híbridos na tipologia de vivências do desemprego



(Responsabilidade da autora)

Se Schnapper e Demazière davam importância ao lazer como alternativa ao emprego, este estudo abre-nos uma outra pista a explorar, a de que em algumas condições sociais essa orientação alternativa seja substituída pela orientação pela família.

Nesta dissertação verificou-se que os atores sociais femininos privilegiam a fruição da família.

O papel da mulher nos Países da Europa do Sul, encontra-se muito condicionado por uma clara divisão de trabalho em função do género, cabendo às mulheres, quase em exclusivo, quer as tarefas relativas à manutenção do espaço doméstico, quer as funções de cuidado e apoio às crianças e aos idosos. Nesse sentido, a tendência para a intensificação das taxas de participação femininas no trabalho remunerado poderá resultar, nestes países, numa acumulação de esforços por parte da mulher, limitando as suas opções no que toca à entrada no mercado de trabalho (Teixeira 2000).

A intersecção entre género e situação familiar, assim como as relações de poder (formais e informais), aos conflitos e negociações ocorridos no contexto intrafamiliar em torno do acesso, controlo e gestão de recursos disponíveis e às desigualdades do ponto de vista do bem-estar. As mulheres carregam mais que os outros elementos do agregado familiar o peso da pobreza na gestão quotidiana dos escassos recursos, abdicando da satisfação das suas necessidades em benefício dos restantes membros do agregado familiar (Casaca, 2011).

Sobretudo entre os mais velhos e nos sectores operários: “é o dever da mulher”, elas preferem fazer; fazem “naturalmente”, melhor e mais depressa. Elas podem ainda assumir a responsabilidade pela assunção das tarefas domésticas, sentindo-se culpadas. Por sua vez, eles acomodam-se: “ela sabe desempenhar melhor”, é uma questão de educação ou de hábito. (Anália Torres (2008) (coord.).

Quanto ao género, as mulheres, têm uma forma de abordagem do desemprego diferente da dos homens, uma vez que todas ocupam o seu tempo, para além da procura de trabalho, o que é secundarizado em prol do bem-estar da família, não se importam de receber uma remuneração parca desde que aumente o pecúlio do agregado familiar. Anulam-se a elas próprias, pelo conforto possível, da família. Uma cultura enraizada em Portugal que não foi, ainda, possível ser ultrapassada.

O desemprego masculino é vivenciado de uma forma diferente do feminino, uma vez que os homens sentem uma maior pressão pelo facto de culturalmente serem considerados o sustento da família. Enquanto a mulher direciona o seu tempo essencialmente para as responsabilidades familiares e domésticas, no homem cria-se um vazio pela ausência de trabalho, o que o leva a ter mais tempo desocupado e a procurar no exterior o preenchimento desse mesmo tempo. Neste momento existe uma inversão da caracterização da taxa de desemprego, pois verifica-se um maior número de desempregados nos homens relativamente às mulheres. Considerando que os homens auferem, em média, rendimentos superiores ao das mulheres, o que provoca uma maior clivagem nos orçamentos familiares e nos consequentes relacionamentos familiares porque “casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão”.

Em suma, esta investigação permitiu, através da articulação entre as temáticas, caracterização do entrevistado; procura ativa de emprego; fatores condicionantes na entrada, novamente, no mercado de trabalho; as vivências do desemprego e laços sociais, verificar a veracidade das hipóteses de trabalho inicialmente formuladas:

Hipótese 1

A importância da orientação para o trabalho por parte dos atores sociais influencia a natureza e intensidade dos sentimentos de perda gerados pela privação do emprego.

A privação do emprego tem um papel crucial nos sentimentos de perda, de autoestima, de humilhação e de vergonha nos desempregados. Verificou-se que os que permanecem mais

ligados ao valor do trabalho e à possibilidade de voltar ao emprego, ou seja em desemprego diferido, têm menos sentimentos de humilhação e perda e menor propensão a tensão e rutura familiar que os que perdem essa ligação e encontramos no desemprego invertido ou total

Hipótese 2

Os indivíduos reagem de forma diversa à condição de desemprego consoante as suas propriedades sociais.

A situação de desemprego provoca, na maioria dos casos, uma revolta para com a sociedade, que se associa à vivência do desemprego. As mulheres tendem a encontrar um novo lugar, com a reorientação para a interação familiar, enquanto os homens ou se orientam para o lazer ou vivenciam uma perda de identidade mais intensa.

CONCLUSÃO

As situações de desemprego vivenciadas traduzem-se em consequências e impactos quer convergentes quer distintas.

Durante a abordagem a pergunta mais difícil de responder, para os entrevistados, mas também a mais libertadora é quando se pergunta sobre o “eu”, surge um mosaico de sentimentos, os quais se vão juntando até se obter o chão que eles pisam, aparece humilhação, angústia, vergonha, sentem-se inúteis, depressões, a “falha” na educação dos filhos. Os entrevistados cabem na tipologia de Dominique Schnapper: desemprego diferido; desemprego total e desemprego invertido, se incluirmos as situações híbridas, que podem ser de transição ou a combinação estável dos tipos num novo tipo. O sentimento de si indica-nos que a maioria dos entrevistados enquadram-se na combinação desemprego diferido com o desemprego total.

Dois entrevistados, ambos homens apresentam características do desemprego diferido, isto é, continuam na procura ativa de emprego e reagem também à informação, os seus projetos profissionais são centrados no regresso ao trabalho. A sua identidade pessoal nunca foi posta em causa, um deles faz mesmo um investimento na tentativa de regressar ao trabalho. Ambos, acreditam que vivem um intervalo entre dois empregos.

Quatro entrevistados, enquadram-se no desemprego diferido-total, sendo um homem e duas mulheres: No entanto, o desemprego diferido-total é vivido de forma diferenciada consoante o género. Os homens utilizam o seu tempo saindo de casa, convivendo com os amigos, tratando da mente e do corpo, enquanto que nas mulheres a fruição do tempo, consiste numa atividade de substituição de apoio à família: é a cuidar da casa, ajudar os filhos, existindo, no entanto, uma intersecção com o desemprego total devido à forma como eles vivenciam o desemprego, isto é “como se sentem como desempregados”.

Num dos entrevistados encontramos muitas características do desemprego total. Este enquadra-se numa das zonas de desfiliação enumeradas por Robert Castel, aquela em que existe “ausência de trabalho e isolamento social”. Surge a vergonha de ter que andar a pedir esmolas para sobreviver, é o limiar do “túmulo” como designou Dominique Schnapper.

Outros dois entrevistados encontram-se no tipo de desemprego invertido, sendo um homem e uma mulher. Ela aguarda pela passagem à situação de reformada, encontra-se

numa situação de espera. Já o homem apresenta um discurso contraditório: não procura emprego mas pensa – ou verbaliza que pensa - voltar a trabalhar.

Quanto aos laços familiares os nossos entrevistados sentem geralmente reforço dos mesmos, o que prova o quanto são importantes os laços familiares entre nós numa situação de desemprego. Mas são identificadas situações de tensão e rutura.

Quanto à rede social as vivências são diversas: os dois entrevistados de mais idade, 55 anos, um homem e uma mulher sentem-se totalmente integrados na sociedade. A maioria dos entrevistados vive a fenómeno da dessocialização. Estaremos nós, eventualmente, a viver um período de anomia na nossa sociedade, afetando os desempregados?

Neste estudo, apesar de trabalharmos com desempregados de longa duração não existe uma situação predominante de resignação, nem adaptação à nova situação de desemprego. Há uma grande vontade de voltar ao mercado de trabalho, sendo minoritário o sentimento de desligamento do projeto de trabalhar e, no caso, em que surge, está ligado ainda ao assalariamento, pela mobilização dos direitos associados, no caso a passagem à reforma.

A maior revolta dos entrevistados é para com a sociedade, que veem como os pondo em causa. Os entrevistados manifestam um discurso em que não se identificam com as normas e os valores pelos quais nos regemos. A sociedade, dizem, não respeita os desempregados e as regras devem ser alteradas. Os entrevistados sentem exclusão, mas ao mesmo tempo querem fazer parte da sociedade, querem contribuir com o seu trabalho para que o País “vá para a frente”.

Os apoios sociais são escassos e de curta duração. Exigem que a sociedade os trate e os respeite da mesma forma que respeita aqueles que têm emprego, pois não se consideram como “mortos”. Uma situação preocupante é o facto de passarem aos filhos menores esta dificuldade de encontrar um papel e a tensão que sentem relativamente à sociedade. Sentem que enquanto ativos contribuíram para a sociedade e que nesta fase das suas vidas não existe reciprocidade.

É um facto que com a procura de emprego a superiorizar-se à oferta existe um deteriorar da vida familiar dos que não conseguem o reingresso no mundo do trabalho. Daí, a criança ter dito ao pai “que não queria ser um desempregado como ele quando crescer.”

Para futuras investigações, a “perceção que os desempregados têm do Centro de Emprego, seria uma temática a aprofundar. Como afirma (Pedroso, 2008: 67), abrindo esta

pista de trabalho que parece aplicar-se para explicar as dificuldades de interação entre os desempregados e os centros de emprego: “A natureza pedagógica da relação entre técnicos e beneficiários é fundamental, para que em conjunto se possam desenvolver programas de inserção adaptados às necessidades e ser realmente promotores de inserção. Para que a ativação rompa com o *workfare*”. “A “espiral de desinserção” implica um conjunto de carências e necessidades por relação às quais temos que direcionar as respostas. Um tipo de resposta, individualizada e tendencialmente burocrática, resulta numa relação assistencial, que por vezes deriva para um controlo dos técnicos sobre o quotidiano dos cidadãos sem perspectiva de futuro.” (Pedroso, 2008:68). Como vimos neste estudo, essa tentativa de controlo gera reações, frustração, conflito e não valorização do papel dos Centros de Emprego nem no regresso ao emprego nem na formulação de projetos de vida.

BIBLIOGRAFIA

- Bardin, Laurence (1977), *Análise de conteúdo*, França, Edições 70.
- Bonella, Danielle Soncini, Diogo Frantz (s.a) *Ditadura dos Excluídos*, Disponível em http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/danielle_soncini_bonella.pdf.
- Brandão, André Augusto (2002), *Conceitos e Coisas: Robert Castel, A “Desfiliação e a Pobreza Urbana no Brasil, Emancipação*, (Online) Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/34/31>.
- Casaca, Sara (2011) *As Desigualdades de Género em Tempos de Crise: Uma Contribuição para a Reflexão sobre as Implicações da Vulnerabilidade Laboral. Sociedade e Trabalho*, (Online) Disponível em: http://www.gep.msess.gov.pt/edicoes/revistasociedade/41_13.pdf.
- Castel, Robert (1998), *Metamorfoses da questão social: uma crónica do salário*, Petrópolis, Vozes.
- Castel, Robert (2000), *The Roads to disaffiliation : Insecure work and vulnerable relationships*, International Journal Of Urban and Regional Research, Volume 24.3.
- Creswell, John W. (1997) – *Quantitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*, Thousand Oaks, SAGE.
- Demazière, Didier (1992) *La Négociation des identités des chômeurs de longue durée*, Revue Française de Sociologie, pp 335-363.
- Demazière, Didier (2006) *Uma abordagem sociológica sobre a categoria desemprego in: desemprego, trajetórias, identidade, mobilizações*. São Paulo, SENAC (Série Trabalho e Sociedade)
- Demazière, Didier (2008), *Ser Desempregado para os Sociólogos*, Política e Sociedade, Dossiê (online). Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2008v7n13p109>.
- Demazière, Didier, (2008), *Uma abordagem sociológica sobre a categoria desemprego*. In: Desemprego, Trajetórias, Identidade, Mobilizações, São Paulo: SENAC (Série trabalho e Sociedade).
- Dubar, Claude (2006), *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*, Porto, Edições Afrontamento.
- Fenato, Tallita Soares Lopes (s.a) *Desfiliação, Sociabilidade e Violência*, Universidade Estadual de Londrina, Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_131.pdf.
- Foddy, William, (1996) *Como perguntar teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta.

- Freire, João (1997), *Variações sobre o tema trabalho*, Porto, Edições Afrontamento
- Freire, João (2002), *Sociologia do trabalho Uma Introdução*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento.
- Giddens, Anthony (2004), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Graça, Luís (1999), *Medicina do Desemprego. Textos sobre Saúde e Trabalho* (Online) Disponível em: <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/>
- Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso*, Lisboa, Principia.
- Guimarães, Nadya (2006), *Flexibilizando o flexível: as novas formas de trabalho sob o prisma do mercado de intermediação*, Colóquio Internacional Novas Formas do Trabalho e do Desemprego: Brasil, Japão e França numa perspetiva comparada, São Paulo.
- Hespanha, Pedro; Ana Raquel Matos (2000) *Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego*, Dossiê, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.
- Kovács, Iлона; Sara Casaca, José Maria Carvalho Ferreira, Maria Teresa Sousa, (2006) *Flexibilidade e crise de emprego. tendências e controvérsias*. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, “Working Paper.”
- Loison, Laurence (2003) *A Experiência do desemprego em Portugal*. Cidades – Comunidades e Territórios, pp 113-124.
- Marques, Ana Paula (2009), *Trajectórias quebradas A vivência do desemprego de longa duração*, Santa Maria da Feira, Profedições.
- Milanesi Karina, Neusa Collet, Cláudia Silveira Viera, Beatriz Rosana Gonçalves de Oliveira (1999) *Sofrimento psíquico em Dejours*, Seminário Nacional, Estado e Políticas Sociais no Brasil (online), Disponível em: [http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Saude/eixo2/68karinamilanesi.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Saude/eixo2/68karinamilanesi.pdf)
- Paugman, Serge (1994), *Desqualificação social Ensaio sobre a nova pobreza*, França, Cortez Editora.
- Pedroso, Paulo (2008) *Modelos de activação dos desempregados: Os desafios estruturais e as condicionantes conjunturais*. Disponível em: https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=direct&doc_number=000046919
- Pereira, Vera Maria C. (1993), *Quem são os desempregados para a sociologia?* In: Natureza, História e Cultura. Repensando o Social, PPGS/UFRGS, Cadernos de Sociologia, volume 4.

- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2003), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Regado, Laurentino da Cruz (2012), *Anos de Ouro da Vida Activa – 35 aos 45 anos: Vidas quebradas, sonhos adiados*, Dissertação de Mestrado em Sociologia em Organização e Trabalho, Minho, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- Rifkin, Jeremy, (2004) *O Fim dos empregos: O contínuo crescimento do desemprego em todo o Mundo*, São Paulo, SPM Books.
- Santos, Gina Gaio (2010) *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal – Políticas e Circunstâncias*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Virgínia Ferreira (coordenação), (Online), Disponível em: http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Igualdade_CITE_NET.pdf.
- Schnapper, Dominique (1994), *L'épreuve du chômage*, Paris, Gallimard.
- Schnapper, Dominique (1997), *Contra o fim do trabalho*, Paris, Terramar.
- Silva, Marineide Maria (2009), *O Mosaico de Desemprego*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Brasil, instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- Teixeira, Ana Isabel (2009), *Quando o Desemprego se Escreve no Feminino: Estudo de Caso em Vila Nova de Gaia*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Torres, Anália (2008) (coord.), *Trabalho, Família e Género*, VI Congresso Português de Sociologia (Online) Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/742.pdf>.

ANEXOS

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-DIRECTIVA

Caracterização do Entrevistado

Idade

Género

Estado civil

Habilitações literárias

Tempo no desemprego

Causa do desemprego

Procura ativa de emprego

Tem tentado arranjar trabalho? O que já fez para isso? Tentou mais do que uma vez? Porque é que, em seu entender não conseguiu?

Perceção do Centro de Emprego

Costuma ir ao centro de emprego? Tem ali encontrado ajuda?

Formação Profissional

Crê que poderia ter mais oportunidades de emprego se investir na frequência de cursos de formação profissional?

Acha que o seu nível de instrução lhe tem dificultado a obtenção de trabalho?

Acha que a remuneração é o fator prioritário?

Vivências do desemprego

Em que é que ocupa o seu tempo? Tem tido algumas experiências interessantes nesta situação?

Desde que está desempregado, sentiu necessidade de refazer ou repensar os seus projetos profissionais? Em que sentido?

Houve algo em que o seu desemprego provocasse alterações (profundas ou ligeiras) na sua relação com amigos, colegas?

Como acha, que os seus familiares o vêem no papel de desempregado?

Como se sente no papel de desempregado?

Laços sociais

Com o desemprego o seu relacionamento familiar fortaleceu-se ou fragilizou-se? Porquê?

Acha que a sociedade protege os desempregados? Acha que as regras sociais merecem ser respeitadas?

Análise de Conteúdo

Categoria	Subcategoria	Unidades de registo	Unidades de contexto
Caracterização	Idade, Sexo, estado civil, habilitações literárias	<p>E1 - <u>51 anos, masculino, casado, 12º ano</u></p> <p>E2 - <u>55 anos, masculino, casado, 6º ano</u></p> <p>E3 - <u>55 anos, feminino, casado, 4ª classe</u></p> <p>E4 - <u>50 anos, feminino, divorciado, 12º ano</u></p> <p>E5 - <u>42 anos, masculino, solteiro, 9º ano</u></p> <p>E6 - <u>40 anos, masculino, casado, 2º ano direito</u></p> <p>E7 - <u>40 anos, feminino, casado, 8º ano</u></p> <p>E8 - <u>41 anos, feminino, casado, 4º ano comunicação social</u></p> <p>E9 - <u>50 anos, masculino, casado, 12º ano</u></p>	<p>E1 - <u>“Concluí o 12º ano, nas novas oportunidades”</u></p> <p>E8 - <u>“No último ano hipotequei a possibilidade de continuar... tentei voltar a estudar mas, não resultou, por causa dos miúdos”</u></p> <p>E9 - <u>“Não fiz a licenciatura... dava muito tempo à empresa”</u></p>
	Tempo no desemprego	<p>E1 - <u>2 anos</u></p> <p>E2 - <u>26 meses</u></p> <p>E3 - <u>20 meses</u></p> <p>E4 - <u>2 anos</u></p>	

	<p>Causas do desemprego</p>	<p>E5 – <u>2 anos</u></p> <p>E6 – <u>2 anos</u></p> <p>E7 – <u>25 meses</u></p> <p>E8 – <u>3 anos</u></p> <p>E9 – <u>2 anos</u></p> <p>E1 – <u>Reestruturação da empresa</u></p> <p>E2 – <u>Reestruturação da empresa</u></p> <p>E3 – <u>Redução efetivos</u></p> <p>E4 – <u>Despedimento</u></p> <p>E5 – <u>Fecho da empresa</u></p> <p>E6 – <u>Fim contrato a prazo</u></p> <p>E7 – <u>Despedimento</u></p> <p>E8 – <u>Despedimento</u></p> <p>E9 – <u>Redução efetivos</u></p>	
--	-----------------------------	--	--

<p>Procura ativa de emprego</p>	<p>Perceção do Centro de Emprego da área de residência</p>	<p><u>Não procura emprego</u></p> <p><u>Tem dificuldades de resposta</u></p> <p><u>Não há resposta</u></p>	<p>E2 – <u>“não procuro emprego (...) apenas tenho mantido alguma ocupação até porque espero voltar a ter emprego.”</u></p> <p>E6 – <u>“o centro de emprego pouca ajuda tem dado... não conseguem gerir o exército de desempregados...somos tratados como gado.”</u></p> <p>E7 – <u>“elas tentam, mas não está fácil”</u></p> <p>E4 - <u>“elas não têm formação para nos atenderem”</u></p> <p>E1 – <u>“Nunca cumpriram comigo”</u></p> <p>E2 – <u>“Ainda não recebi qualquer proposta do IEFP”</u></p> <p>E3 - <u>“Não, não ajudam nada”</u></p> <p>E5 – <u>“ajuda basicamente não”</u></p> <p>E8 – <u>“não ajudam nada”</u></p> <p>E9 – <u>“nunca recebi qualquer resposta”</u></p>
---------------------------------	--	--	---

	Remuneração	<p><u>Valorizada</u></p> <p><u>Valorizada, em percurso de desvalorização</u></p> <p><u>Desvalorizada</u></p>	<p><u>E2 – “para mim é o principal”</u></p> <p><u>E9 – “a remuneração é uma componente da profissão...tem que servir como fator motivador”</u></p> <p><u>E3 – “é importante, mas não é o mais importante”</u></p> <p><u>E6 – “não é prioritário... agora que já não tenho nada”</u></p> <p><u>E8 – “já foi... neste momento já não é”</u></p> <p><u>E1 – “não trabalho em prol do dinheiro”</u></p> <p><u>E4 – “quando estás mesmo já há muito tempo à procura, já não interessa mesmo... nem que seja por 200/300/400 euros”</u></p> <p><u>E5 – “neste momento não... quero é ter uma vida”</u></p> <p><u>E7 – “agora não... preciso é de estar ocupada”</u></p>
--	-------------	--	---

<p>Vivências do desemprego</p>	<p>Ocupação do tempo</p>	<p><u>Investimento no regresso ao trabalho</u></p> <p><u>Atividades de substituição – lazer</u></p> <p><u>Atividades de substituição – apoio à família</u></p> <p><u>Busca de alternativas de rendimento</u></p>	<p><u>E9 – “preparo as entrevistas...estou a preparar-me para o curso que vou tirar...já estou a estudar”</u></p> <p><u>E1 – “o desemprego para mim são férias... é para descansar...”</u></p> <p><u>E2 – “ginásio...saír com os amigos”</u></p> <p><u>E3 – “cuidados da casa...ajudar os meus filhos”</u></p> <p><u>E4 – “levar e buscar as miúdas à escola...a lida da casa”</u></p> <p><u>E7 – “tratar dos miúdos...tratar da casa”</u></p> <p><u>E8 – “fazer a lida da casa...ir às compras...procurar as promoções dos produtos alimentares...ajudar as crianças na escola...ajudo o meu marido na gestão da escola de windsurf...tentei acabar o curso mas os miúdos”</u></p> <p><u>E5 – “ando na rua a pedir para comer”</u></p>
--------------------------------	--------------------------	---	---

		<p><u>Interiorização da dificuldade de regresso ao trabalho – ausências de perspetivas</u></p> <p><u>Alternativo em relação ao trabalho</u></p> <p>I</p>	<p><u>não posso arriscar”</u></p> <p><u>E5 – “quando olho para o futuro não vejo melhoras...constantemente, mas como?”</u></p> <p><u>E6 – “vivo numa situação expectante...muito pessimista, nada otimista”</u></p> <p><u>E8 – “é só gosto de fazer isto, não sei fazer mais nada...eu não quero fazer outra coisa”</u></p> <p><u>E3 – “a reforma passou a ser o meu projecto principal”</u></p> <p><u>E1 – “não é por estar desempregado que vou mudar a</u></p>
--	--	--	---

		<p><u>Sentimento de perda</u></p>	<p><u>libertar-me...isolo-me e depois se calhar falho na educação da minha filha...sem dúvida é um estigma...a minha filha diz-me que quando for grande não quer ser como eu...é uma vergonha, uma humilhação...dizemos uma asneira em casa a menor começa a ouvir e assim sucessivamente...ligamos a televisão é só homicídios, dá que pensar”</u></p> <p><u>E2 – “mal, sinto-me muito mal, estou infeliz, não sei o que será de mim amanhã”</u></p> <p><u>E4 – “ sinto-me mal, mal, mal, chamam-te velha para trabalhares...e as minhas filhas que futuro lhes poderei dar...é um stress constante”</u></p> <p><u>E7 – “estou nervosa, não tenho calma com pormenores...estou praticamente fechada o dia inteiro, sinto-me impotente...estou um pouco mais fraca mentalmente, sinto-me mal, muito mal”.</u></p> <p><u>E8 – “sou um número metido num saco...é uma frustração...quando digo que estou desempregada têm pena de mim...não me quero misturar com os desempregados profissionais...tenho dificuldade em adormecer...estou amargurada, preocupada, choro quando as crianças me pedem algo...tenho dias que está tudo escuro, tudo negro e não me apetece</u></p>
--	--	-----------------------------------	---

		Dessocialização	<p><u>E1 – “não me sinto respeitado pela sociedade...os valores estão deturpados”</u></p> <p><u>E4 – “não, claro não podes respeitar se não há ninguém que te oiça”</u></p> <p><u>E5 – “Não, não tenho vontade de fazer parte dela...sinto-me totalmente excluído desta sociedade”</u></p> <p><u>E6 – “não, de modo algum sou respeitado nem como número que sou...as regras está delapidadas...não posso respeitar quem não me respeita”</u></p> <p><u>E9 – “tenho 50 anos estou morto...sinto-me excluído, desrespeitado ...eu tenho valores que a sociedade não tem”</u></p>
--	--	-----------------	---